



ALTO ENCONTRO SOBRE O  
**TURISMO NA ILHA DO MAIO**  
Cidade do Porto Inglês,  
29 de maio de 2018

RELATÓRIO



*Pedreiro Azul  
(Pelagodroma Marina)  
Ilhéu de Laje Branca*



### Mestre de Cerimónias



Emílio Ramos

### Relatores



Armando Ferreira

### Fotos



Manuel Cabral

### Fontes

Discursos de Entidades  
Apresentações dos Oradores  
Intervenções dos Moderadores  
Debates  
Contactos com participantes

### Organização

Direção Geral de Turismo e Transportes/MTT  
Câmara Municipal do Maio

### Ilustrações

Fotos e flores do Maio



## ÍNDICE



<b>TERMOS DE REFERÊNCIA.....</b>	<b>5</b>
<b>PRESENCAS .....</b>	<b>8</b>
<b>ABERTURA .....</b>	<b>10</b>
<b>APRESENTAÇÕES .....</b>	<b>12</b>
<b>DEBATES.....</b>	<b>22</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>25</b>
<b>UM OLHAR SOBRE A OPINIÃO PUBLICADA .....</b>	<b>29</b>
<b>ENCERRAMENTO .....</b>	<b>31</b>
<b>TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O MASTERPLAN PARA A ILHA DO MAIO.....</b>	<b>33</b>



## TERMOS DE REFERÊNCIA

## I. Enquadramento

O modelo de crescimento económico e de desenvolvimento do país adotado pelo Governo assenta particularmente no *“Turismo como um dos pilares centrais da economia cabo-verdiana, sendo o mesmo uma peça-chave para o relançamento do investimento privado, para a criação de emprego e crescimento económico. Pretende, igualmente, que a política para o turismo seja recentrada numa nova dimensão e qualidade que ultrapasse o conceito sectorial e atinja a multe especialização da economia cabo-verdiana”*<sup>1</sup>.

No entanto, o turismo é um fenómeno relativamente recente em Cabo Verde (menos de três décadas), e hoje representa uma parcela considerável da economia do país (cerca de 22% do PIB em 2016) e nos últimos anos vem crescendo a uma taxa de cerca de 12% ao ano, induzido principalmente pelo investimento direto estrangeiro, contribuindo para a criação de emprego, a estabilização de indicadores macroeconómicos importantes, a geração de riqueza e a promoção da imagem de Cabo Verde a nível internacional. Todavia, esta alta taxa de crescimento do turismo, aliada a certos condicionalismos estruturais de vária ordem, tem, ao mesmo tempo, engendrado efeitos colaterais socioeconómicos negativos, sobretudo nas ilhas de Boa Vista e Sal, que põem em risco a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo nessas ilhas e no país.

Por isso, não obstante o percurso positivo no crescimento do turismo no país, o Governo, em estreita articulação, compromisso e partilha com os seus parceiros, nacionais e internacionais, e com todos os *stakeholders* do setor do turismo, está engajado em mitigar e resolver os vários problemas já identificados e, ao mesmo tempo, aprender para evitar os mesmos erros no futuro em outros destinos turísticos locais ou regionais, o que exige uma visão clara e partilhada do desenvolvimento sustentável do turismo para Cabo Verde, que seja a mais consensual possível e assumida como compromisso entre todos os atores relevantes para que o turismo seja uma verdadeira alavanca importante para o desenvolvimento da economia nacional e a melhoria do bem-estar dos cabo-verdianos.

Neste quadro, a Ilha do Maio é por muitos considerado o próximo fenómeno turístico nacional; mas o Governo, a Câmara Municipal do Maio e outros parceiros estratégicos fundamentais para esse desenvolvimento estão determinados, numa concertação dialógica e oportuna, em que esse desenvolvimento se faça em bases e pressupostos objetivos, seguros e sustentáveis, por forma que se possa construir e consolidar um turismo de alto poder aquisitivo e que procure mostrar outras singularidades turísticas desta ilha, para além dos ativos sol, praia e mar.

Por conseguinte, no momento em que o MTT se encontra no processo final da elaboração das **Grandes Opções do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico Sustentável (GOPEDS-Turismo) 2018-2030** e quando o estudo dos **possíveis cenários de um futuro MasterPlan do Desenvolvimento do Turismo da Ilha do Maio**, incorporando vários estudos setoriais e parcelares desenvolvidos ao longo dos anos sobre a matéria, se encontra numa fase muito avançada, justifica-se reunir todos os *stakeholders* do desenvolvimento do turismo na Ilha do Maio para, de uma forma integrada, em concertação e partilha de responsabilidades, debruçar-se sobre os desafios a enfrentar, as propostas de resolução e os passos seguros a encetar na elaboração de um *Master Plan* para o desenvolvimento do turismo na ilha do Maio.

## II. Objetivos

Analisar e debater os cenários de desenvolvimento do turismo com vista à elaboração de um *Master Plan* do Turismo para a ilha do Maio, fazendo uso da experiência das Seychelles, enquanto modelo de turismo balnear sustentável de gama alta com base na natureza e na economia azul.

## III. Resultados

**III.1. Um debate participado e esclarecedor** sobre os reais desafios infraestruturais e urbanísticas, sociais, económicos, ecológicos e de segurança dos cidadãos, imediatos e a médio-longo prazos, do desenvolvimento do turismo na Ilha do Maio, no quadro do desenvolvimento socioeconómico local e posicionamento da Ilha no Plano do Turismo Nacional. Definição de Linhas Gerais para o *Master Plan* Turístico da Ilha do Maio num Segmento Diferenciado e de alta gama de turismo balnear.

1. Programa do Governo da IX Legislatura, horizonte 2016-2021.



### III.2. Um relatório sucinto e objetivo do encontro que, entre outros, inclui:

- Análise de 2-3 cenários, com prós e contras, com vista à seleção do modelo mais indicado para o desenvolvimento futuro do turismo sustentável e de alto valor acrescentado para a Ilha do Maio; e
- Proposta de roteiro e pressupostos para a elaboração do *Master Plan* do Turismo da Ilha do Maio;

### IV. Temas

- Bases para projetar o cenário mais indicado de MasterPlan do Desenvolvimento do Turismo para a Ilha do Maio, apresentados pelos Consultores empresa Galileo Engenharia y Servicios, Lda. das Canárias
- Turismo Sustentável na Ilha do Maio, por SDTIBM
- Apresentação do Cadastro Predial e Social da Ilha do Maio por INGT
- Caso de Estudo – A Experiência das Seychelles e Relevância para ilha do Maio– Dr. Armando Ferreira

### V. Participantes

#### V.1. Apresentadores

- Equipa da empresa Galileo Engenharia y Servicios, Lda. das Canárias
- SDTIBM – Dr. Rui Santos
- MTT – Armando Ferreira
- Maio Nature & SPA
- INGT – Dr.<sup>a</sup> Ilce Amarante

#### V.2. Moderador

Armando Ferreira

#### V.3. Convidados

SE MIOHT – (indisponível) – Envia Representante  
SE MAA - (indisponível) - Envia representante)  
SE MICE - (indisponível)  
SE SEAF – (aguarda-se reação da disponibilidade)  
SE SEAEM – Dr. Paulo Veiga  
PCM Maio  
PAM Maio  
Eleitos Municipais  
Deputados Nac. Círculo eleitoral do Maio  
Câmara Turismo CV  
Associação Turismo Ilha do Maio  
Delegado do MS do Maio  
Delegado do MEducação do Maio  
Delegado do Ministério da Família e Inclusão Social  
INGT  
ASA  
ENAPOR  
ELECTRA  
TACV  
BINTER  
Polícia Nacional  
Senhores das Ilhas Canárias (2)

#### INTERNOS:

MTMEM  
DGTT (+ 2 TÉCNICOS)  
Gestor FSST  
Arq. Alberto Melo  
Dr. Armando Ferreira  
Assessor Manuel A. Cabral  
Secretária Sandra Almeida Santos  
UGPE - Dr. Nuno Gomes e Dr. Almada Dias



## PRESENÇAS

Abraão Andrade Lopes	IGQPI
Adriano Silva	Câmara Municipal do Maio
Alberto Mello Lima	FSST – MTT
Alessandro Pellegrini	Operador Turístico em Maio
Ana Lima Barber	CV TradeInvest
Angela Moreno	MAA
Aristides Levy	ASA
Arlindo Cardoso	Associação Turismo Maio
Armando Ferreira	MTT
Belarmino Lucas	CCB/AE
Carlos Danielson Ramos Moniz	Rede Sol-Maio
Carlos H. Santos	CTCV
Carlos Morgado	Revista Turimagazine
Carolina L. dos Santos	Câmara Municipal do Maio
Edna Tavares	Associação Turismo Maio
Fernando Davara	Canárias
Fernando Frederico	Assembleia Nacional
Francisco Gomes Machado	Diretor do Porto
Francisco Martins	Diretor Geral de Turismo e Transportes
Germán Blanco Acoste	Galileo – Canária
Hernâni Teixeira	Maio Car
Ilce Amarante	INGT
João Fonseca	Electra
João Macedo	MIOTH
José Almada Dias	UGPE
José Gonçalves	Ministro do Turismo e Transportes
Libéria Brito	CCS
Luis Nataniel M. Silva	SDTIBM
Manuel Cabral	MTT
Manuel Ribeiro	FSST – MTT
Miguel Oliveira	Grupo Investimento Português
Miguel Ramos	Galileo
Miguel Rosa	Presidente da Câmara Municipal do Maio
N'Krumah Lenine Santos Ribeiro	Empresa Lenisa Construções
Nuno Miguel Pinto Gomes	UGPE
Paulo Pereira	PPSEC
Paulo Veiga	Secretário de Estado para a Economia Marítima
Pedro Barros	Proempresa
Pedro Pacheco Gonzalez	Canárias
Rui Cardoso Santos	SDTIBM
Sandra Almeida Santos	MTT
Sandra Patrícia Silveira	Câmara Municipal do Maio
Silvina Leal	Electra
Vladimir Fonseca	MTT



**ABERTURA**



### Presidente da Câmara do Maio, Miguel Rosa

- A ilha do Maio escolheu abrir-se ao turismo, mas com precaução;
- Aprender com as lições do passado nas ilhas vizinhas;
- Selecionar investimentos, de modo a corresponderem à sustentabilidade desejada;
- A população anseia pelo desenvolvimento;
- Mas o desenvolvimento não deve trair esses anseios;
- Para isso, tem de assentar nos pilares de sustentabilidade (económica, social, ambiental, cultural).
- Pertence aos poderes instituídos, central e local, desenvolver políticas públicas que conduzam a estes objetivos;
- Foco na formação (um pólo da EHTCV?);
- Melhoria das acessibilidades externas.



### Ministro do Turismo e Transportes, José Gonçalves

- O diagnóstico sobre o passado, o presente e o que se pretende para o futuro do turismo na ilha do Maio está feito;
- Há agora que nos focarmos no planeamento para a ação;
- Sustentabilidade económica, responsabilidade social e ambiental, identidade cultural;
- Diversificar a oferta turística;
- Desenvolver a “economia azul”;
- As Seicheles mostraram-nos um modelo de alta gama do turismo;
- Quase metade do país é reserva natural;
- As infraestruturas obedecem a parâmetros rigorosos de preservação do ambiente e da tradição cultural;
- Neste encontro vamos perceber quais as lições a aprender desse modelo;
- Uma equipa de peritos das Canárias fez ensaios e projeções que vai apresentar nesta reunião;
- Trata-se de um estudo preliminar, que abre caminho ao *Master Plan* para a ilha do Maio;
- O turismo de sol e praia que se desenvolveu nas ilhas vizinhas originou desequilíbrios que no Maio temos que acautelar;
- Tomando o exemplo das Seicheles, um turista paga lá por uma noite o que em Cabo Verde se paga por várias;
- Cabo Verde é um país estável, e importa tirar partido disso com um bom retorno das disponibilidades financeiras, que são escassas;
- Após as Grandes Opções do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo (GOPEDS-Turismo), em fase terminal de processamento (será presente ao Governo e ao Parlamento), os *Master Plans* serão a ferramenta de concretização dessas opções na realidade de cada ilha;
- A STDIBM apresentará a sua visão do desenvolvimento turístico do Maio, particularmente no que toca às ZDTI, na nova perspetiva lançada pelas GOPEDS-Turismo para o Maio;
- Será apresentado um investimento concreto em perspetiva para a ZDTI do Sul da Vila;
- E teremos uma apresentação pelo Instituto Nacional de Gestão do Território sobre o cadastro patrimonial recentemente reorganizado, com apoio do *Millennium Challenge Account* (EUA).





## APRESENTAÇÕES



## GERMANO BLANCO, PEDRO PACHECO GONZALEZ – GALILEO, Engenharia y Servicios S.A.

### UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA ILHA DO MAIO



#### RESUMO

##### Método de trabalho:

- ❖ O trabalho da GALILEO, Engenharia y Servicios S.A. partiu da recolha e compilação de informação (documentos e visitas à ilha, entrevistas e testemunhos);
- ❖ Definição de um modelo de análise para diferentes cenários;
- ❖ Impacto económico dos diferentes cenários;
- ❖ Bases para a angariação de financiamento nas instâncias internacionais.

##### Elencagem da informação disponível relevante

##### Elencagem da legislação aplicável

##### Incentivos fiscais

##### Organismos estatais promotores de empreendedorismo turístico

- FESBEM
- FSST
- ADEI
- CVTI

##### Opções-base para o desenvolvimento ordenado do Turismo no Maio

- Turismo de qualidade, que fomente as atividades da economia tradicional local;
- Turismo ecológico, que preserve e enriqueça a biosfera existente;
- Redistribuição social dos benefícios gerados;

##### Desenvolvimento urbano e turístico

- ❖ ZDTI

##### Propostas de alterações normativas e organizacionais

- Concentrar estruturas hoteleiras e outras nos núcleos populacionais existentes;
- Regular a publicidade evitando poluição paisagística;
- Infraestruturas integradas-articuladas (linhas de abastecimento e esgotos enterradas e aproveitando a rede viária, porto, aeroporto...);
- Crescimento assente na oferta e não na procura.

### Quadro macro-económico da ilha do Maio

- Densidade populacional é a mais baixa do país (26hab/km<sup>2</sup>);
- Menor peso do PIB juntamente com a Brava (0,8-1,2%);
- Um médico por 1.000 habitantes;
- Rodovia – 0,26km/km<sup>2</sup>;
- Aeroporto com menor tráfego (9.783 passageiros em 2014);
- Porto com menor movimento de mercadorias (8.439 ton em 2014);
- Menor oferta de alojamento (3% do total nacional).

### CENÁRIOS SUCESSIVOS DO TURISMO (turistas, alojamento, habitantes, investimento, PIB *per capita*)

#### Evolução dos principais índices de desenvolvimento do turismo sustentável (resumo do relator)

EVOLUÇÃO	2021	2025	2030
<b>Chegadas Turistas / Ano</b>	4.500	24.500	35.500
<b>Quartos</b>	235	509	728
<b>Habitantes</b>	7.555	9.130	11.384
<b>PIB <i>per Capita</i> (base 2015-1621USD)</b>	USD 2.397	USD 6.597	USD 14.109
<b>Investimento Público</b>	M€ 21,1	M€ 9,1	M€ 23,1
<b>Investimento Privado</b>	M€ 144	M€ 63,7	M€ 161,6
<b>Estada Média</b>	20	9	9
<b>Noites</b>	89.000	229.000	329.000
<b>Turistas / dia</b>	244	871	1.773
<b>Ratio turistas / habitantes</b>	0,6	3,18	5,67

Só no final destes 3 sub-cenários, e após uma avaliação cuidada, será possível decidir se é ou não possível avançar para o cenário 2031/2050.

### CONCLUSÕES

1. Planificação adequada de infraestruturas e serviços públicos;
2. Intervenção no porto, prioritária, mas minimizar pegada ambiental;
3. Desenvolvimento do aeroporto por etapas, evitando promover na ilha o turismo de massas, pelo menos a médio prazo;
4. Atenção à previsível desaceleração do PIB *per capita* a médio-longo prazos;
5. Moderação e monitorização do desenvolvimento, para absorver impacto ambiental e social;
6. Inclusão das comunidades locais no desenvolvimento;
7. Empoderamento do tecido empresarial local;
8. Propiciar atividades económicas tradicionais (pesca, agricultura, pecuária, artesanato...)
9. Fomentar atividades de conservação, embelezamento e enriquecimento da natureza;
10. Apoio público à identidade cultural, social, histórica e ambiental da ilha;
11. Apoio financeiro às empresas existentes e a criar, em especial as pequenas;
12. Apoio público ao empreendedorismo, à inclusividade e ao associativismo empresarial;
13. Estabelecimento de sensores e indicadores de revisão dos processos.

## **RUI CARDOSO SANTOS**

APRESENTAÇÃO DA SDTIBM COMO UMA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE REGIONALIZAÇÃO EM CABO VERDE, QUE CONSIDERA BEM SUCEDIDA

### **RESUMO**

#### **Partilha de responsabilidades no desenvolvimento turístico do Maio, entre a SDTIBM, o Governo Central e a Câmara Municipal**

- Infraestruturas e transportes extra-ZDTIs, Governo e Município;
- Segurança, saúde e educação, Governo;
- Planeamento urbanístico, Município;
- Saneamento, Município;
- Planeamento das ZDTIs, Governo e SDTIBM;
- Promoção do destino turístico, Governo;
- Infraestruturação das ZDTIs, SDTIBM;
- Investimento, Governo, SDTIBM, setor privado.

#### **Conceito de “Turismo Sustentável”**

- ❖ A sustentabilidade do Turismo aplica-se a todas as suas modalidades, vertentes e escalas, desde o ecoturismo ao assim designado “turismo de massas”;
- ❖ Várias dimensões, mormente a sociocultural (equidade), a ambiental (preservação) e a económica (eficiência).



#### **Política expansionista vs política de sustentabilidade**

- Preocupações a curto prazo com fatores limitativos do crescimento (acessibilidades, infraestruturas, investimento);
- Transição para preocupação com critérios de sustentabilidade (modelo de oferta de alta gama na ilha do Maio).

#### **Objetivos para o Turismo Sustentável**

1. Viabilidade económica (longo prazo);
2. Prosperidade das comunidades locais;
3. Qualidade dos empregos;
4. Equidade social;
5. Satisfação do turista;
6. Controlo local do processo (inclusão das populações na produção e nos ganhos);
7. Bem-estar das comunidades locais;
8. Riqueza cultural;
9. Integridade do território;
10. Diversidade biológica;
11. Eficiência na gestão de recursos;
12. Preservação ambiental.

#### **Níveis de participação (opção a tomar)**

- a. Empoderamento (delegação, parceria);
  - b. Participação simbólica (consulta, informação);
  - c. Não participação (manipulação).
- ❖ Uma delegação da Autoridade Turística no Maio, ou um Conselho Consultivo (CMM, SDTIBM, Delegação MTT, representantes das empresas, associações empresariais, associações comunitárias, ONGs)?



### Limitações à participação (operacionais, estruturais, culturais)

- Como ultrapassá-las?

### Papel dos privados e papel dos poderes públicos

### Seguimento e avaliação de objetivos, métodos e resultados

- Estatísticas;
- Conta Satélite do Turismo;
- Inquéritos.

### Visão de um Turismo Sustentável para o Maio

- ✓ Participação e controlo local na conceção, provisão e ganhos dos serviços turísticos;
- ✓ Sinergias entre os serviços turísticos e as atividades produtivas;
- ✓ Fortalecimento da identidade cultural e gestão local do câmbio cultural com o desenvolvimento;
- ✓ Valorização e conservação dos ecossistemas;
- ✓ Aumento das capacidades e competências locais ao mesmo ritmo do turismo, ou superior;
- ✓ Parcerias entre atores locais e externos, nacionais e internacionais;
- ✓ Participação local efetiva, elemento central da estratégia de desenvolvimento.

### Cenários de evolução de capacidade de alojamento

- ❖ Em 2030, de 2.000 a 12.000 quartos... Qual a opção?

### Revisão da estratégia de desenvolvimento do Maio pela SDTIBM

### CONCLUSÕES

1. Modelo de desenvolvimento diferenciado em relação aos do Sal e da Boa Vista;
2. Comunidades e empresas locais no centro do processo;
3. Objetivos e métodos claros e realistas;
4. Captar o investimento (externo e interno) em função do modelo escolhido;
5. Reformular incentivos;
6. Mecanismos de seguimento e avaliação;
7. Correções do percurso quando necessário.





## ARMANDO FERREIRA

### APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA MISSÃO ÀS SEICHELES

#### RESUMO

#### Apresentação do Relatório da missão às Seicheles

A missão às Seicheles, patrocinada pelo Banco Mundial, realizada de 14 a 16 de maio de 2018, sucedeu a outra anterior, ocorrida em junho de 2014, durante a qual foram assinados 7 memorandos de entendimento entre as Seicheles e Cabo Verde em diversas áreas ligadas direta ou indiretamente ao Turismo.

Os objetivos desta missão foram bem definidos em termos de referência e constavam, resumidamente, de prospetar qual o modelo adotado pelas Seicheles para o Turismo, quanto a:

- Tipo e natureza da escolha para cada ilha;
- Mercados de origem;
- Segmentos que nesses mercados procura cada ilha das Seicheles;
- Tipologia de hotéis em cada ilha;
- Parcerias Público-Privadas;
- Papel do setor privado no investimento e na escolha das políticas para o Turismo;
- Legislação do setor, em especial na vertente ambiental;
- Evolução do Turismo nas Seicheles desde as origens;
- Identificação dos recursos técnicos que podem ser replicados em Cabo Verde.



#### Reunião com o Ministro do Turismo e sua equipa técnica

- Importância dada à economia dita azul e verde;
- Amplitude da ZEE das Seicheles (1,4 M km<sup>2</sup>);
- Legislação precisa e regulamentada para utilização e segurança das praias;
- Distribuição e partilha de tarefas precisas e articuladas pelos quadros técnicos (quase só senhoras) do Ministério (desenvolvimento do produto, gestão de riscos, cooperação internacional, comunicações, investigação, monitorização, avaliação, desenvolvimento e administração dos recursos humanos);
- Têm um *Master Plan* de 2012 a 2020, que têm seguido, e entretanto está outro em desenvolvimento, por módulos, horizonte 2040;
- Criaram uma Agência Nacional para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos.

#### Reunião com o Seychelles *Tourism Board*

O principal ensinamento recolhido nesta reunião foi o carácter público desta Autoridade Governamental para o Turismo, instalada no edifício do Ministério, mas cuja Administração é constituída por uma maioria de membros escolhidos mediante consulta prévia à Associação privada de Turismo (*Tourism Hospitality Association*) e à Câmara de Comércio.

Por outro lado, foi-nos informado que a promoção e *marketing* do destino é responsabilidade do STB, com financiamento integral do Estado (cerca de 5,6M€/ano), que coleta diversos impostos para o efeito); O STB tem 14 balcões de promoção espalhados pelos mercados de origem dos turistas.

#### Reunião na Seychelles *Tourism Academy*

Outro ponto forte nos contactos da missão, onde tomámos conhecimento de que esta Escola tem 600 alunos, dos quais 150 são estrangeiros, oriundos mormente de países europeus;

O financiamento é integralmente do Estado, que tem para o efeito acordos internacionais diversos (cada aluno custa por ano cerca de 19.000€);

A Academia dispõe-se a atribuir algumas bolsas de estudo a Cabo Verde...

### Reunião com a Seychelles *Hospitality and Tourism Association*

- Uma reunião importante para a missão perceber em definitivo quer a total autonomia, incluindo financeira, desta associação privada representativa dos operadores que atuam no Turismo, em especial dos mais pequenos e nacionais, sem excluir os grandes e estrangeiros, quer, por outro lado, a grande sincronia com a Autoridade Pública (STB), com quem reúnem regularmente para acertarem planos e ações articulados.
- A Associação vive exclusivamente das quotas dos sócios, exercendo com elas consultoria e deslocando-se aos mercados em representação dos mesmos para angariação de clientes, conjuntamente com o STB.

### Outras reuniões

- ✓ A Missão teve ao todo 11 reuniões com diversos ministérios e organismos da Administração Pública (Ministro das Finanças, Comércio, Investimento e Planeamento Económico, Ministro do Ambiente, da Energia e das Alterações Climáticas, Vice-Presidente e Secretário Principal para a Economia Azul, Secretário Principal para as Pescas, as Autoridades dos Portos e da Aviação Civil.
- ✓ E houve ainda uma reunião do Presidente da Câmara do Maio com o seu homólogo de Victoria.
- ✓ Em todas as reuniões aflorou uma mesma preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade ambiental, social e cultural do Turismo, a par de uma clara simpatia por Cabo Verde, encarado como o contraponto crioulo das Seicheles do outro lado do continente.

### Principais ensinamentos recolhidos na visita:

- Articulação admirável entre organismos do setor público, e igualmente público-privada;
- Procura séria da qualidade (no produto, nos RH, no *marketing*...);
- Preocupação com a sustentabilidade ambiental, social e cultural;
- Segmentação da oferta por produtos e por ilhas;
- Planeamento, programação e implementação patentes;
- Programa educacional e de formação muito maduro e aparentemente eficaz;
- País virado para o mar e para a natureza;
- Equidade de género, com pendor para a predominância feminina em cargos de responsabilidade;
- Solidariedade e cooperação regional (ilhas do Índico e países da costa oriental africana);
- Disponibilidade para cooperar com Cabo Verde.

### O que trouxe a missão às Seicheles para a ilha do Maio, para além dos ensinamentos acima reportados?

1. Na visita às ilhas de La Digue e Praslin vislumbrámos a possibilidade de, à sua maneira, esta ilha cuidar de ser bela, através de um enriquecimento e preservação da sua natureza;
2. Por outro lado, o aproveitamento das reservas naturais do Maio pode conferir à ilha aquele toque de recato e de encanto que a tornará mais atrativa;
3. As quase duas dezenas de pequenas praias, algumas protegidas pelo difícil acesso, podem constituir um trunfo de especificidade a valorizar;
4. À semelhança daquelas duas ilhas, provavelmente o Maio deve esperar antes de optar por um aeroporto internacional, instalando na ilha mais a qualidade que a quantidade;
5. Enquanto que Praslin exhibe um parque natural pujante e com espécies únicas, a ilha do Maio poderá instalar um parque temático em que os turistas possam encontrar em ambiente propício e cativante a história e a cultura da ilha e de Cabo Verde;
- 6 *The last, but not the least*, com 7.000 habitantes a ilha do Maio pode pôr de pé um programa de educação curricular, de informação à população e de formação profissional que acompanhem *pari passu* a evolução da vertente económica do Turismo e façam do Maio o “brinco” de oferta turística e cultural que se anseia.

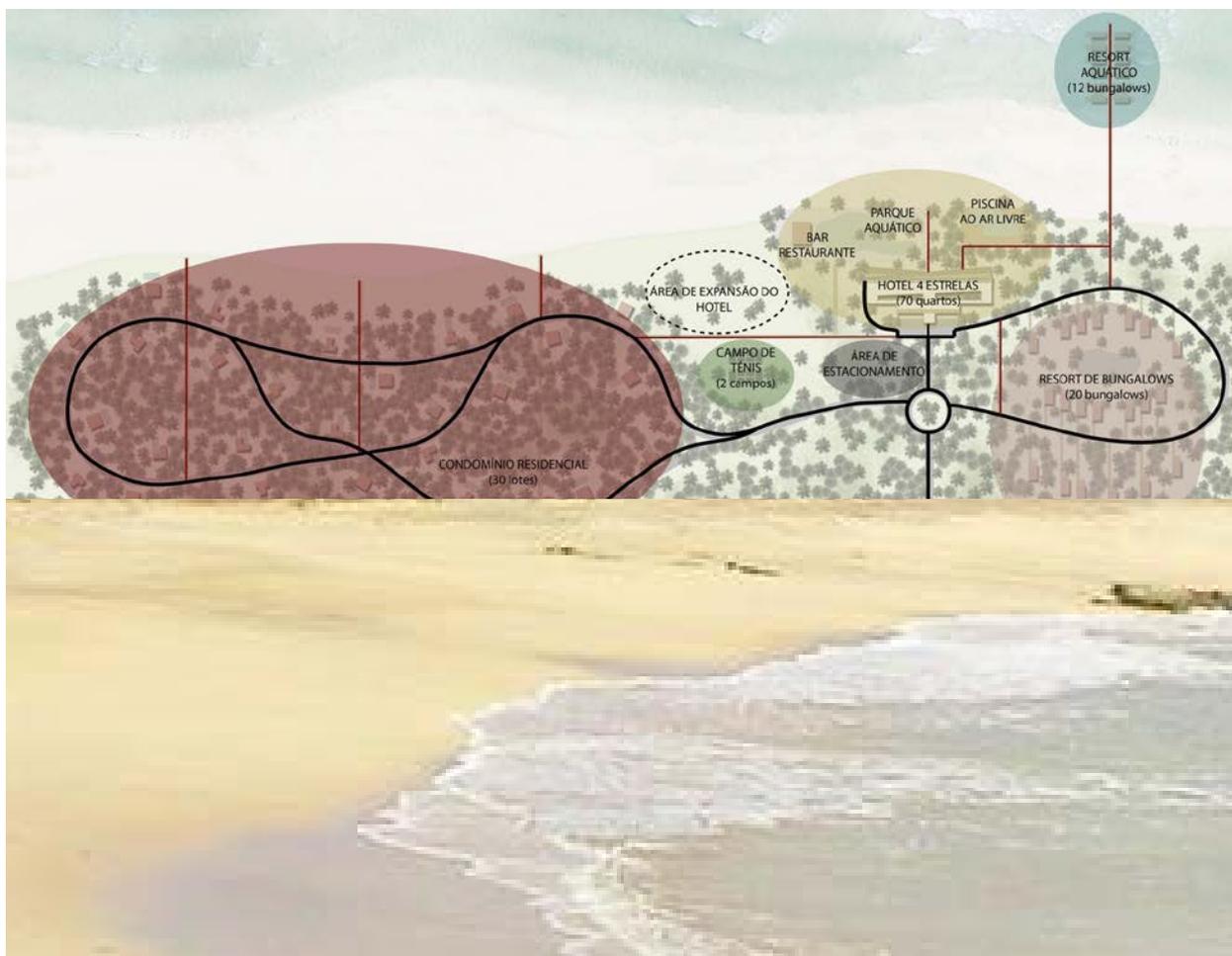




## RESORT MAIO NATURE & SPA

### RESUMO

- **Apresentação dos promotores**
- **Apresentação da ilha do Maio**
- **Apresentação da ZDTI Sul da Vila do Maio**
- **Apresentação do *Masterplan* do Resort**
  - Hotel de 4 estrelas com 72 quartos, 4 pisos;
  - Resort terrestre com 20 *bungalows*;
  - Resort aquático com 12 *bungalows*;
  - Condomínio residencial (30 lotes);
  - 2 campos de ténis;
  - Piscina;
  - Parque aquático;
  - Bar restaurante;
  - 5,85 há de áreas verdes;
  - Área de serviços;
  - Área de estacionamento;
  - Área de expansão;
  - Área superficial do *resort*: 20 ha.





## ILCE MAFALDA DE CARVALHO AMARANTE – INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DO TERRITÓRIO PROJETO DE GESTÃO DE PROPRIEDADES PARA A PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO

### RESUMO

#### Enquadramento

- ❖ Financiado pelo *Millennium Challenge Account* dos EUA para:
  - ✓ Criação de bases legais, processuais e institucionais da propriedade;
  - ✓ Clarificação de direitos e limites das propriedades no terreno.



#### Justificações para a execução do projeto

- Existência de registos paralelos (matricial e predial);
- Títulos e documentos de propriedades do estado desconhecidos das Câmaras e das Conservatórias;
- Documentos de propriedade informais na posse dos privados;
- Base cartográfica inexistente ou imprecisa;
- Procedimentos de transações e registos complexos e onerosos;
- Conflitos de direitos e limites de propriedades;

#### Objetivos:

- Simplificar e reduzir os custos das transações e registos de propriedade;
- Aumentar a segurança jurídica das transações;
- Promover o aumento do investimento e da produtividade no território.

#### Atividades desenvolvidas

- ✓ Legalização dos direitos de propriedade;
- ✓ Elaboração de um Manual de Operações para implementação das medidas;
- ✓ Digitalização e informatização dos serviços de gestão e transação de propriedades;
- ✓ Balcão único com plataforma informática;
- ✓ Clarificação dos direitos e limites de propriedade (Sal, Boa Vista, Maio, S. Vicente);
- ✓ Criação de um Sistema de Gestão e Transação de Propriedades.

#### Implementação do projeto na ilha do Maio

- Custo do projeto: 1.098.000 USD;
- Tempo de execução: 16 meses (21 de maio 2016 a 23 de novembro de 2017);
- Entidade executante: INGT;
- Fases de execução:
  - I. Comunicação;
  - II. Levantamento topográfico;
  - III. Preenchimento de formulários;
  - IV. Harmonização (*back office*);
  - V. Consulta pública;
  - VI. Validação da EAT;
  - VII. Homologação e inserção no cadastro predial;
  - VIII. Encerramento do processo.

#### Ganhos conseguidos

- a. Ilha do Maio totalmente cadastrada (limites dos prédios claros, assim como situação jurídica e fiscal);
- b. Base de dados única e alterações visualizadas e acompanhadas por todas as entidades competentes (RNI, CM, Notariado e INGT);



- c. Capacidade nacional instalada em matéria de cadastro;
- d. Simplificação e redução de tempo e custos de emissão de registos de propriedade;
- e. Identificação única de prédios através do NIP;
- f. Análise de dados fiscais, urbanísticos, de imobiliária turística através da base de dados cadastral.

### Seguimento/Desafios

- a. Estabilização do sistema desenhado e sua apropriação pelas unidades envolvidas no processo;
- b. Funcionamento integrado (*one stop shop*);
- c. Deixa de haver prédios com cadastro diferido;
- d. Manutenção e conservação do cadastro é automática e permanente;
- e. Adequar legislação às novas práticas;
- f. Garantir capacidade financeira e institucional para a gestão dos processos;
- g. Garantir financiamento para completar rapidamente o cadastro a nível nacional.





## DEBATES

## LANÇAMENTO DO DEBATE

### Diretor Geral do Turismo e Transportes, Francisco Martins

- Turismo é considerado a locomotiva da economia de Cabo Verde;
- Resumo breve das apresentações feitas de manhã;
- Referência particular à capacidade de carga da ilha e às limitações que impõe;
- Está em curso o processo para elaboração do Código de Turismo de Cabo Verde;
- Igualmente, decorre o processo de elaboração do Plano de *Marketing*;
- O Instituto de Turismo virá clarificar competências e possibilitar o arranque de todo um conjunto de operacionalizações que estão a ser planeadas nos instrumentos referidos (CT, PM, MP...).



## INTERVENIENTES NO DEBATE



ABRAÃO LOPES



ALBERTO MELLO



ANA BARBER



ÂNGELA MORENO



ARLINDO CARDOSO



ARMANDO FERREIRA



EMÍLIO RAMOS



JOSÉ ALMADA



JOÃO FONSECA



LUÍS SILVA



MANUEL RIBEIRO



RUI SANTOS



VLADIMIR FONSECA

#### **PONTOS FOCADOS:**

- Os transportes devem ser organizados de modo a que todos os dias haja ligação à Praia;
- Consolidar, antes de passar para outra coisa;
- Clarificar competências;
- Não falhar o *timing* para o próximo Orçamento de Estado;
- Necessário priorizar candidaturas ao fornecimento de água;
- Atenção à preservação e desenvolvimento da agricultura, como meio de subsistência das populações e como forma de participação das mesmas no desenvolvimento do turismo (fornecimentos a hotéis, consumo local e exportação);
- Olhando para o número de turistas esperados em 2030 (mais de 5 turistas por habitante), muito há que fazer para que a população acompanhe e beneficie do desenvolvimento do Turismo;
- Que rumo dar ao empreendimento de imobiliária turística na praia, em frente à cidade?
- A população do Maio sabe o que quer, e sobretudo o que não quer;
- Chamada de atenção para a capacidade de carga em toda a ilha;
- A qualidade só será possível se os operadores na cadeia de valor do turismo estiverem conscientes e empenhados em priorizá-la;
- Necessário um esforço de promoção externa, que dê a conhecer o Maio e o que se quer para o Maio;
- Há que procurar os investidores de que precisamos;
- Trabalhar o produto conciliando tendências do mercado e selecionando o que a ilha pretende, num caminho de harmonização entre desenvolvimento, preservação da identidade e sustentabilidade;
- Cuidados a ter com a requalificação urbana e com a preservação e desenvolvimento paisagístico;
- Fornecer aos visitantes saúde, transportes e qualidade de vida;
- Eventos religiosos, desportivos, gastronómicos, etc.;
- Articulação com ministérios da agricultura, ambiente, etc.;
- Cumplicidade entre departamentos da Administração pública e o setor privado;
- Criação de uma central de compras;
- Está em curso *Master Plan* da agricultura e pecuária para a ilha do Maio.





## CONCLUSÕES



### 1. Conciliar oferta com a procura:

- ❖ As tendências do mercado exigem que se dê prioridade à procura; ao passo que as exigências de autenticidade pedem que conciliemos essa tendência com a nossa vontade de autenticidade e preservação cultural...
- ❖ Trata-se de conciliar uma e outra, sendo que o produto (oferta) tem de assentar no pressuposto de disponibilizar qualidade de vida aos residentes e aos visitantes.
- ❖ Criar/organizar eventos religiosos, desportivos, culturais, gastronómicos...
- ❖ Diversificar e qualificar oferta.

### 2. Situação no Maio

- ✓ Por entre hesitações várias, a ilha do Maio tem sido preterida mais que qualquer outra, e exhibe índices de progressão no fundo da tabela; há, pois, que criar com grande urgência, condições que arranquem a ilha do torpor em que se encontra;
- ✓ Por outro lado, é já dado adquirido que o modelo de desenvolvimento (turístico, e não só) do Maio não pode acompanhar o do “turismo de massas” que se verificou nas ilhas vizinhas da Boa Vista e Sal, com consequências, sobretudo sociais e ambientais, que de modo nenhum o país quer repercutir em outras;
- ✓ Eis então um **desafio, complexo mas apaixonante**, que precisamos de encarar de frente com a determinação de lhe dar resposta adequada e cabal, ao mesmo tempo com serenidade e rapidez.

### 3. Ansiedade

- ❖ A população do Maio está ansiosa por ao menos acompanhar o ritmo de progressão do país.

### 4. Dimensionamento progressivo das estruturas

- ❖ **Água, energia, resíduos** – líquidos, sólidos – estradas, porto, aeroporto, tamanho dos hotéis... Ajustando o ritmo dos investimentos privados aos públicos, e vice-versa;
  - Dessalinização, energias renováveis, reutilização das águas residuais;
  - Enterrar redes de abastecimento em aliança com as linhas viárias, como forma de preservar a paisagem;
  - **Estradas:**
    - Rede principal (via circular dupla, uma em cada sentido, privilegiando o piso de pedra numa primeira fase);
    - Reserva de uma margem de servidão para ampliações e ligações futuras;
    - Privilegiar segurança, com sinalização;
    - Rede secundária, piso de pedra;
    - Numa fase posterior, de asfatação, quando o tráfego for mais intenso, a pedra do piso das estradas poderá servir para calcetamento na ampliação das localidades.
  - **Aeroporto:**
    - Melhorar (terminal, iluminação, radionavegação);
    - Aumento progressivo da pista, até permitir a aterragem de aviões grandes, mas só quando se atingirem os 300.000 passageiros/ano.
  - **Porto:**
    - *Roll-on, roll-off* para carga e veículos, com duas rampas;
    - Catamarans para passageiros; a médio prazo o tráfego de passageiros deverá ser intenso...
    - Atenção ao movimento das areias e respetivas consequências.

### 5. Paralelismo

- ❖ Entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento dos núcleos populacionais.
- ❖ Não avançar com o aumento dos fluxos de turismo mais rapidamente que a capacidade humana, de gestão, cultural, financeira...
- ❖ É um **desafio paradoxal**, pois não se trata de travar o progresso, mas de o planear e potenciar...



## 6. Capacidade de carga

- ❖ Necessário **reduzir os pesos previstos no POT** (até 17.000 quartos – é claramente excessivo para o Maio, mesmo a longo prazo).

## 7. Parque Temático

- ❖ Com as principais valências culturais de Cabo Verde (música-espetáculo, artesanato, gastronomia...)
- ❖ será um atrativo forte e aglutinador.

## 8. Educação cidadã

- ❖ Quanto aos resíduos (redução na origem, recolha seletiva, preservação do ambiente...).

## 9. Educação curricular

- ❖ Introduzir seriamente nos **planos educacionais curriculares** as questões ambientais, culturais, sociais e de sustentabilidade, como forma de gerar um outro olhar sobre o Turismo.

## 10. Formação profissional

- ❖ Privilegiar com toda a urgência a formação profissional, em especial para as novas profissões do Turismo, em linha com o *Master Plan* para a ilha do Maio e com toda a mudança trazida pelas novas tecnologias.

## 11. Articulação

- ❖ Conseguir impreterivelmente a articulação desejada e sempre adiada entre instituições (público-público, público-privado), num “djunta mon” indispensável à obtenção dos objetivos propostos e a propor.
- ❖ Mais que articulação há que fomentar cumplicidade entre os diversos setores da administração pública e destes com o setor privado.

## 12. Transporte público

- ❖ Pensar uma oferta integrada , necessária e suficiente.

## 13. Ordenamento urbano:

- ❖ preservar o *habitat* conglomerado, e com isso preservar a qualidade da natureza e da paisagem;
- ❖ Inserir nos aglomerados populacionais núcleos de turismo de habitação, à semelhança do modelo já testado em Santo Antão (Lagedos, Ribeira da Torre...); este modelo implica formação específica às populações que acolhem turistas e a instalação de algumas estruturas comuns, como restaurante, salas de leitura, jogos, convívio e reuniões, abertos a locais e a turistas.

## 14. Hotelaria

- ❖ 3 tipos: (i) hotéis nas ZDTI, à volta dos 100 quartos; (ii) hotéis temáticos (*boutique*), nos povoados ou nas ZDTI, integrados nas respetivas estruturas, com algumas dezenas de quartos; (iii) imobiliária turística, vilas e condomínios, nas ZDTI e na transição entre ZDTI e Reservas Naturais (Casas Velhas, Lagoa de Cimidor...).

## 15. Cooperativas público-privadas

- ❖ Que conciliem, nos núcleos urbanos, vendas de terrenos públicos com infraestruturização urbanística.

## 16. *Master Plan*

- ❖ Urgente avançar com *Master Plan* como condição *sine qua non* para se captar investimento, inclusive junto da Diáspora.
- ❖ Está em curso no Ministério da Agricultura, um *Master Plan* da agricultura e pecuária para a ilha do Maio, que visa a organização deste setor no sentido de se capacitar para fornecer a ilha, incluindo os hotéis, com produtos locais de qualidade, e mesmo exportar.
- ❖ Foi sugerida a montagem de uma central de compras.



### 17. Economia Verde e Economia Azul

- ❖ Preservação da Natureza, melhorias com arquitetura paisagística, tratamento de efluentes, plantio seletivo, aproveitamento das colinas da ilha e da atual zona florestal para reformular a flora...
- ❖ Potenciar o mar – pescas, recursos futuros, marinas, energias renováveis, pesquisa científica... sem comprometer o meio ambiente.

### 18. Teto do desenvolvimento de estruturas

- ❖ Parece que o modelo apresentado pela Galileo atingiria o seu auge a seguir a 2030, altura em que o PIB *per capita* deixaria de crescer, o que implica prever o estabelecimento de um teto de crescimento quantitativo para essa altura, continuando-se a atuar apenas na qualidade e na busca de excelência; altura em que terá sido atingido o objetivo de a ilha do **Maio** ser o **“bijou” da oferta turística de Cabo Verde**, com um *standard* de luxo dirigido a faixas de mercado exigentes e com bom poder de compra.

### 19. Modelo progressivo e eficaz

- ❖ Os anexos da ANÁLISE PRELIMINAR da GALILEO são eloquentes e demonstrativos da conveniência de um **modelo ao mesmo tempo progressivo e eficaz do desenvolvimento turístico** na ilha do Maio (entradas, estadia média, ocupação, modelos de alojamento, evolução da população, *ratio* população/visitantes, investimentos necessários, evolução do PIB...).

### 20. Investimento (público e privado)

- ❖ Aparentemente, o **investimento** total a ser feito no Turismo do Maio num período de mais de 30 anos (296M€ até 2050) não assusta, tanto mais que começa em valores pequenos e se alimenta das próprias receitas do Turismo...
- ❖ Ao mesmo tempo, há que atrair bom investimento privado, que deverá ser muito mais volumoso que o público.

### 21. Ensinamentos das Seicheles

- ❖ Organização – articulação – complementaridade de competências, auto-limitação, empenho, abertura....

### 22. Faseamento da ocupação das ZDTIs

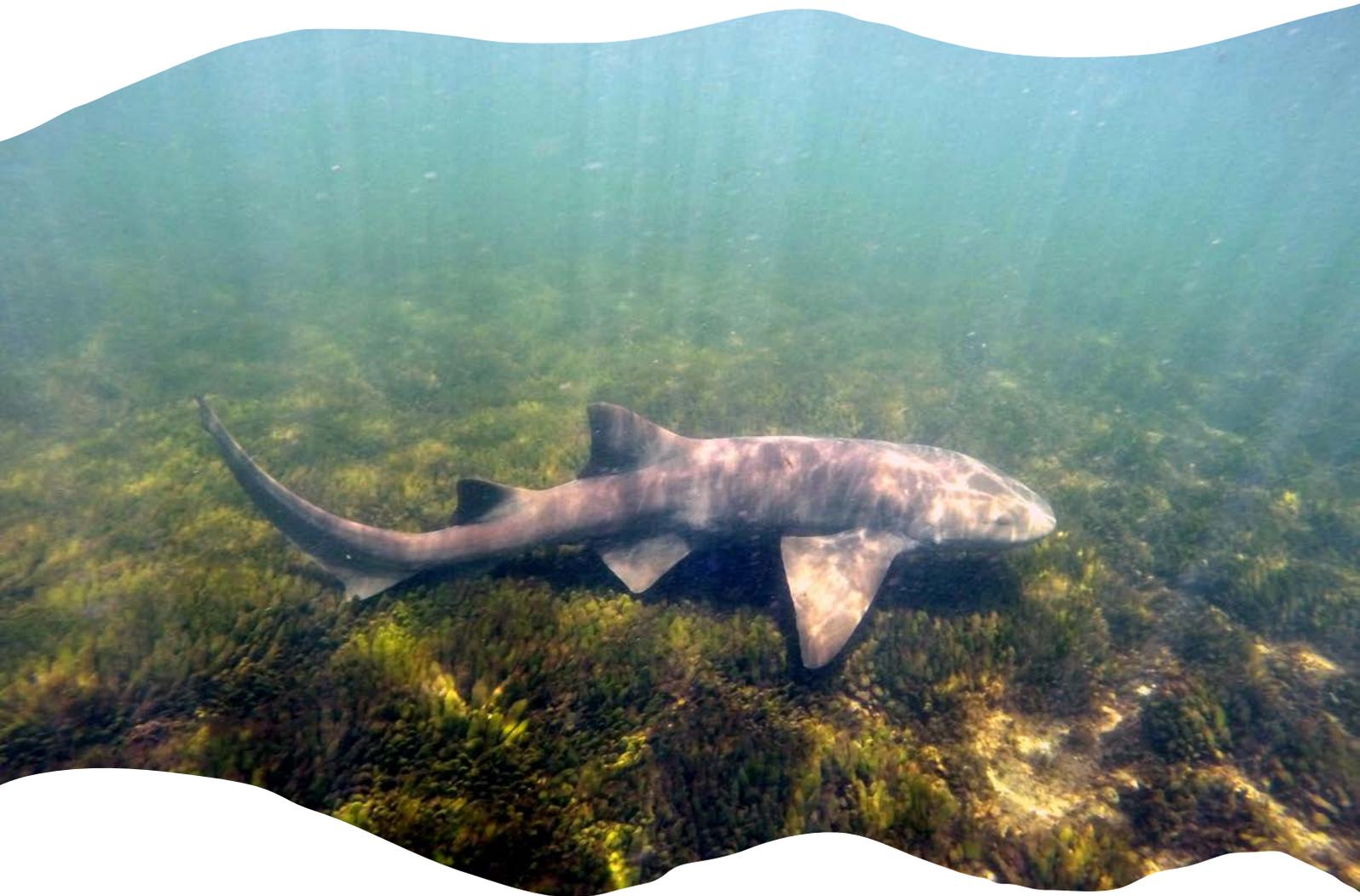
- ❖ Evitando assim a dispersão de investimentos com custos insuportáveis de infraestruturção. Começar primeiro com a promoção e ocupação de uma ZDTI e só depois da sua consolidação passar para a promoção e ocupação da seguinte.

### 23. Metodologia

- ❖ É importante, para sustentar produtividade e rentabilidade, que o *Master Plan* se desenvolva em cima de uma metodologia rigorosa:
  - ✓ Planificar;
  - ✓ Socializar;
  - ✓ Operacionalizar;
  - ✓ Monitorizar;
  - ✓ Avaliar;
  - ✓ Reciclar.

➤ **Tudo devidamente quantificado e datado.**





**UM OLHAR SOBRE  
A OPINIÃO  
PUBLICADA**

## UM OLHAR SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL E AS REDES SOCIAIS

No universo da sociedade civil, alvo de consultas alargadas para a execução da panóplia de planos em preparação para a construção de um turismo de nova geração em Cabo Verde, não é possível deixar de lado a opinião comunicada, quer nos media, quer nas redes sociais.

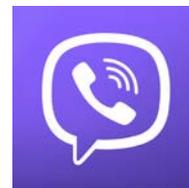
Assim, e sem prejuízo de ações específicas visando uma recolha criteriosa da opinião publicada ou socializada, segue-se a recolha de algumas das ideias em circulação:

### A Semana



### A Nação

- \* “Sair do papel e ter exemplos concretos; o ser humano funciona assim”.
- \* “Tudo tem de começar com um diálogo franco e uma agenda explícita”.
- \* “Sempre achei aberrante a falta de diálogo entre os poderes políticos e os atores privados ligados ao turismo”.
- \* “O que se tem que fazer é mesmo apoiar, empoderar e fornecer condições à população para que haja mais ofertas e serviços para esse turismo rural e ecológico que valoriza as coisas simples e típicas”.
- \* “O exemplo da Boa Vista demonstrou claramente que é preciso primeiramente fazer o trabalho de casa, proteger o património que temos e valorizar o nosso património cultural, que é o que nos torna ‘sui generis’ no mundo, para depois darmos outros passos”.





**ENCERRAMENTO**

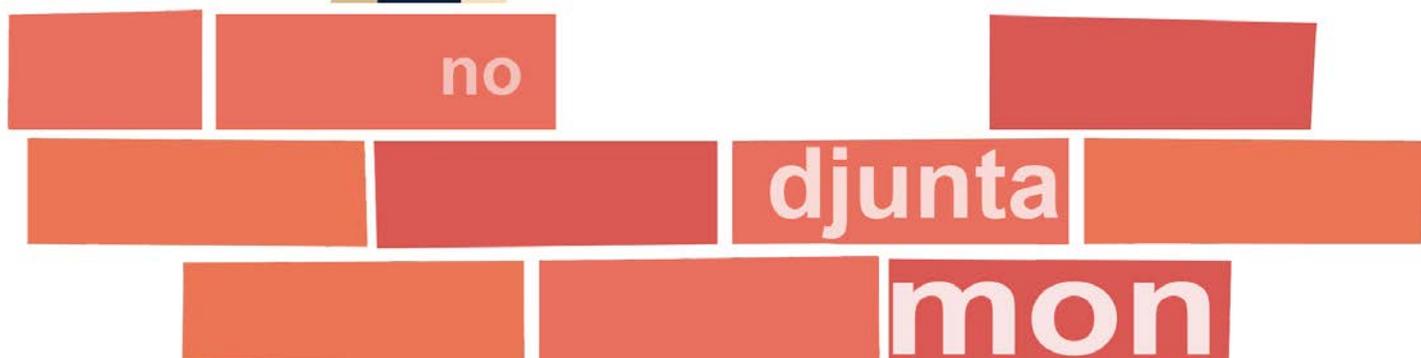


### MINISTRO DO TURISMO E TRANSPORTES, JOSÉ GONÇALVES

- Foi o primeiro Encontro a este nível (preparação de *Master Plans* por ilha);
- Um primeiro passo nos caminhos apontados pode ser a organização de fins de semana para residentes na capital, rentabilizando a viagem do Praia d’Aguada e mobilizando recursos no Maio;
- O Maio é agora uma ilha estudada. Temos as variáveis, e trata-se agora de nos focarmos em opções concretas;
- É já ponto assente que teremos no Maio o primeiro porto ro-ro de duas rampas, protegido por um quebra-mar;
- Vamos controlar através da evolução faseada do aeroporto o desenvolvimento planificado do turismo na ilha;
- Vamos dar resposta ao desafio do emprego, não ignorando os seus aspetos qualitativos, sociais e culturais;
- Empreendimentos devem preocupar-se com habitações condignas para os trabalhadores deslocados.
- Coloca-se efetivamente a questão de saber quando é que a ilha terá de recorrer a mão de obra externa, e quais as implicações que isso terá na sociedade maiense.
- Estas e outras questões deverão ser dirimidas pelo *Master Plan*, cujo processo se encontra já lançado.



Participantes no Alto Encontro sobre o Turismo na Ilha do Maio.



**TERMOS DE  
REFERÊNCIA PARA**  
*O Master Plan*  
para a ilha do Maio



## 1. Enquadramento

O crescimento do turismo em Cabo Verde tem oscilado bastante durante a última década com uma média foi de mais de 8%, tendo registado uma taxa média de cerca de 12% durante os últimos dois anos. Este acelerado ritmo de crescimento tem certamente um lado muito positivo que é a sua contribuição para o PIB superior a 20%, com impacto no emprego que se situa nos mesmos valores, contribuindo assim de forma expressiva para o desenvolvimento económico do país. Por outro lado, porém, sobretudo para as ilhas do Sal e da Boa Vista, este crescimento demasiadamente rápido tem originado grandes preocupações de ordem social e ambiental, revelando sobejamente que nessas duas ilhas o presente ritmo de crescimento do turismo está num claro rumo de insustentabilidade. Por conseguinte, a continuar a crescer neste ritmo in comportável, sem medidas mitigadoras e sem rumo claro de desenvolvimento sustentável, Cabo Verde no seu todo poderá correr sérios riscos de comprometer os patrimónios material e imaterial que o sustentam como destino turístico, hoje tão procurado pelos turistas dos principais mercados emissores. Por isso, urge definir uma estratégia para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde numa base de sustentabilidade a curto, médio e longo prazos. É assim que surge a necessidade imperiosa de se estabelecer um quadro estruturante para orientar o desenvolvimento do turismo no país, em sintonia com o PEDS (Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável) vigente. Tal instrumento orientador denomina-se Grandes Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, abreviadamente designado por **GOPEDS-Turismo**.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem a sua origem programática mais recente a partir de 2015, quando as Nações Unidas lançaram o conceito a nível internacional, assente em três pilares: económico, social e ambiental, para orientar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com base nesses três pilares, a Organização Mundial do Turismo (OMT) acrescentou mais dois pilares com relevância para o Turismo que são as vertentes cultural, e da paz, segurança e respeito pelos povos. Assim, no contexto do desenvolvimento sustentável do turismo, o conceito está alicerçado em cinco pilares, a saber: económico, social, ambiental, cultural e da paz, segurança e respeito pelos povos. É, portanto, neste contexto, que as presentes GOPEDS-Turismo analisarão a problemática do desenvolvimento sustentável do turismo em Cabo Verde.

As GOPEDS-Turismo resultaram de intenso trabalho de investigação e consultas no terreno com atores e partes interessadas levadas a cabo durante todo o ano de 2017. Essas consultas no terreno privilegiaram mesas redondas a nível local em várias ilhas, focalizadas nos principais segmentos de turismo no país. Neste sentido, a mesa sobre turismo de sol e praia, segmento geralmente conotado com “turismo de massas”, realizou-se na ilha de Boa Vista e contou com mais de uma centena de participantes, incluindo operadores, investidores, especialistas nos mais variados ramos do turismo e, bem assim, com a chefia da Câmara Municipal da ilha, além de outros *stakeholders*-chave.

A ilha de Santo Antão foi palco para discutir o segmento do turismo rural e de natureza; para além de atores principais do turismo e numerosos *stakeholders*-chave, muitos autarcas de municípios com valências de turismo rural e de natureza, de Santo Antão à Brava, marcaram também presença nessa mesa redonda.

A mesa redonda sobre turismo urbano, cultural e náutico ocorreu na cidade do Mindelo, São Vicente, e contou igualmente com grande número de participantes de todos os setores da indústria do turismo e da sociedade civil.

Mais duas mesas redondas sobre turismo regional foram realizadas, uma na ilha do Fogo, focada nas ilhas de Fogo e Brava, e outra, focalizada no turismo do interior de Santiago, que decorreu no Município de Santa Cruz.

Para além dessas mesas redondas formais, houve encontros a nível de todos os municípios do país que sempre abordaram o tema do desenvolvimento local do turismo. Com base nas pesquisas, mas sobretudo nas consultas e diálogos a nível de todo o país, considera-se que as GOPEDS-Turismo são um documento de base sólida e participativa que reflete o consenso em torno do desenvolvimento do turismo no país.

Um *Draft* desse documento foi apresentado publicamente na Escola de Hotelaria e Turismo, na cidade da Praia, a 27 de setembro de 2017, Dia Internacional do Turismo, nesse ano consagrado ao Turismo Sustentável, e mereceu anuência favorável das mais de cem personalidades ali presentes. O evento teve ampla cobertura da comunicação social e os reflexos do público em geral foram bastante positivos.

Assim, considera-se que as GOPEDS-Turismo são o documento que servirá de baliza para orientar o planeamento e o desenvolvimento sustentável do turismo em Cabo Verde num horizonte até 2030. Enquanto documento estruturante, pretende-se que sirva de alicerce para orientar o desenvolvimento de planos operacionais ou *Master Plans* de turismo sustentável por ilha, bem como os planos para o desenvolvimento do turismo sustentável a nível municipal.

Com este intuito, foi realizado recentemente (dia 29 de maio passado) um Alto Encontro sobre o Desenvolvimento do Turismo na ilha do Maio. O referido encontro evidenciou a importância de uma evolução equilibrada e sustentada do turismo no país, que implica abordar o turismo nesta ilha em moldes que garantam uma diferenciação de paradigma do modelo vigente nas ilhas vizinhas, de um turismo de quantidade para um turismo de maior qualidade, com um forte cunho ambiental, social e cultural. Embora a ilha do Maio seja semelhante à da Boa Vista e à do Sal na oferta de sol e praia, pretende-se que o Maio acrescente a esse produto, tão precioso para quem nos visita, elementos de transição para uma oferta mais diversificada, ecológica e inclusiva das populações, podendo servir de ensaio para o próximo desenvolvimento turístico das restantes ilhas do país.

## 2. Objetivo

Os presentes Termos de Referência (TdR) têm por objetivo principal estabelecer os parâmetros técnicos para a elaboração do *Master Plan* do Turismo para a ilha do Maio, visando posicionar a ilha numa oferta turística balnear de mais alta gama possível por forma a diferenciar o produto turístico da ilha do Maio das outras duas ilhas irmãs, Sal e Boa Vista, que detêm condições naturais semelhantes. Se, por um lado, o produto de 'alta gama' pretendido visa sobretudo o mercado internacional, é também objetivo destes TdR considerar no *Master Plan* mais dois segmentos de turismo para a ilha do Maio que são o mercado interno, sobretudo o mercado emissor da Cidade da Praia e outras cidades do país, bem como o mercado da Diáspora.

## 3. Tarefas

As tarefas aqui contempladas devem ser consideradas condições mínimas e necessárias para elaboração do *Master Plan* do Turismo para a ilha do Maio (MP). Tarefas adicionais relevantes poderão ser contempladas pelo Consultor mas sem acréscimo de custos.

- a. Recolher e analisar documentos, dados e informações postos à disposição pelas entidades competentes como sejam, a Direção Geral de Turismo e Transportes (DGTT) do Ministério do Turismo e Transportes, a Câmara Municipal do Maio, a Sociedade de Desenvolvimento do Turismo Integrado das ilhas de Boa Vista e Maio (SDTIBM), a Câmara de Turismo de Cabo Verde, a Associação do Turismo do Maio, a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento, entre outras entidades e autoridades pertinentes fora e dentro da ilha do Maio, i.e. ASA, ENAPOR, Electra, INE, Escola de Hotelaria de Turismo (EHTCV), Comando de Polícia local, Delegacia de Saúde, Delegacia da Educação, etc.;
- b. Analisar e apreciar as orientações das GOPEDS-Turismo como documento base de enquadramento do *Master Plan* de Turismo para a ilha do Maio;
- c. Analisar e apreciar o Relatório produzido recentemente pelo Gabinete Galileo das Ilhas Canárias sobre as condições, oportunidades e desafios para o desenvolvimento do turismo sustentável na ilha do Maio;
- d. Realizar trabalhos de terreno visando encontros e entrevistas de responsáveis das autoridades e entidades referenciadas na alínea 3a), entre outras entidades pertinentes;
- e. Recolher e analisar dados e informações relevantes de fontes secundárias, incluindo dados estatísticos e relatórios do INE, dados e informações da Organização Mundial do Turismo, Informações na *Internet*, entre outros;
- f. Coletar, analisar e fazer uso de toda a informação credível relevante que contribua para a criação de um quadro completo de dados e informações necessários para a elaboração de um MP de qualidade para o Desenvolvimento do Turismo na ilha do Maio;



- g. Realizar um *Workshop* de Socialização do *Master Plan* com o Comité de Pilotagem, bem como os atores e *stakeholders*-chave para recolher comentários e subsídios visando enriquecer o *Draft* do *Master Plan*; e
- h. Elaborar e apresentar os Resultados Esperados (*Deliverables*) dentro dos prazos estabelecidos.

#### 4. Resultados Esperados

São previstos os seguintes resultados para a presente missão de consultoria:

- a. Elaborar e apresentar um *Inception Report* (IR) no término da missão dos trabalhos de terreno. O IR deve ser documento sucinto visando sintetizar os achados da missão de terreno, alertar sobre eventuais elementos imprevistos bem como propor o roteiro com prazos fixos para elaboração do *Draft* e do *Master Plan* Final. Prevê-se uma missão de terreno de 3 semanas;
- b. Elaborar e apresentar um *Draft* completo do *Master Plan* para comentários e orientações do Comité de Pilotagem. O *Draft* completo do MP deverá ser apresentado dentro de 30 dias a contar data de apresentação do IR;
- c. Realizar um *Workshop* de Socialização do *Master Plan* para recolher comentários e subsídios visando enriquecer o *Draft* de *Master Plan*; e
- d. Finalizar o *Draft* completo do *Master Plan* com base nas contribuições recebidas tanto orais no *Workshop* como escritas, e apresentar o *Master Plan* Final dentro do prazo estabelecido, ou seja, dentro de um prazo máximo de 21 dias a contar da data de realização do *Workshop*.

#### 5. Perícia e Perfil dos Consultores

Para a realização bem sucedida da missão e respetiva elaboração de um *Master Plan* de qualidade, antecipa-se uma equipa de especialistas com as seguintes perícias.

- a. Economista Senior\* com experiência comprovada de planeamento e elaboração de *Master Plans* de Turismo;  
\*Por 'Senior', entende-se especialista com pelo menos 7 anos de experiência de trabalhos semelhantes e relevantes para a missão em apreço.
- b. Arquiteto ou Engenheiro senior com experiência comprovada de planeamento e elaboração de *Master Plans* de Turismo; e
- c. Cientista Social (Sociólogo, Antropólogo ou equivalente) Senior com experiência comprovada de planeamento e elaboração de *Master Plans* de Turismo.

#### 6. Prazo de Execução da Missão

Antecipa-se que esta missão de consultoria para elaboração do *Master Plan* do Turismo para a ilha do Maio decorrerá durante um período de até 10 semanas, com início até 15 de julho de 2018 e término até 30 de setembro de 2018.

#### 7. Responsabilidades

São designadas as seguintes entidades e personalidades para a realização bem sucedida da presente missão de consultoria:

- a. O ponto focal contratual desta missão de consultoria é o Coordenador do Projeto CDT, sediado no Ministério das Finanças de Cabo Verde.
- b. O ponto focal técnico da missão de consultoria é o Diretor Geral do Turismo e Transportes do Ministério do Turismo e Transportes de Cabo Verde, coadjuvado pelo Assessor Especial do Ministro para o Turismo.
- c. Um Comité de Pilotagem com pessoas-chave será criado para orientar e acompanhar a missão de consultoria para elaboração do *Master Plan* de Turismo para a ilha do Maio.

#### 8. Outras Condições Relevantes

O Consultor (gabinete) ou consultores (indivíduos) são responsáveis para assegurar espaços de trabalho, equipamento e toda a logística necessária para realização cabal da presente missão de consultoria *Master Plan* de Turismo para a ilha do Maio.

*José Gonçalves*

MINISTRO DO TURISMO E TRANSPORTES